A Semiótica e suas possibilidades teórico-metodológicas na análise de fontes medievais narrativas

La Sémiotique et ses possibilités théoriques et méthodologiques dans l'analyse des sources médiévales narratives

Marcelo Santiago Berriel [1]
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo

Análise das aproximações entre a História e a Semiótica dividida em dois aspectos: o teórico e o metodológico. Primeiramente, faz-se um esboço das possibilidades de diálogo com as teorias oriundas da Semiótica, ressaltando o quão profícuo pode ser este diálogo interdisciplinar para a medievalística. Em seguida, apresenta-se um exemplo de recurso metodológico para análise de fontes narrativas inspirado na semiótica narrativa de T. Todorov e aplicado na *Chronica do Muito Alto e Muito Esclarecido Principe D. Affonso II, Terceiro Rey de Portugal*, de Rui de Pina. Enfatiza-se que, apesar dos usos de métodos semióticos na análise de fontes por parte de historiadores brasileiros e de algumas incursões teóricas nos debates de semioticistas, a historiografia ainda pode se beneficiar consideravelmente deste campo disciplinar, mormente nos estudos medievais.

Palavras-chave: Semiótica; Método; Narrativa; Crônicas.

Résumé

Analyse des approches entre l'Histoire et la Sémiotique. Cela est partagée en deux parties : la théorique et la méthodologique. D'abord on fait une esquisse des possibilités de dialogue avec les théories issues de la Sémiotique, en ressortant comment peut être avantageux ce dialogue interdisciplinaire pour la médiévistique. Ensuite, on montre un exemple d'outil méthodologique pour être utilisé dans l'analyse des sources narratives issu de la sémiotique narrative de T. Todorov qui est utilisé spécifiquement sur la *Chronica do Muito Alto e Muito Esclarecido Principe D. Affonso II, Terceiro Rey de Portugal*, écrit par Rui de Pina. On met emphase que, malgré les usages des méthodes sémiotiques dans l'analyse des sources faits par les historiens brésiliens et quelques incursions théoriques dans les débats des sémiotiques, l'historiographie peut encore se bénéficier considérablement de ce champ disciplinaire, surtout dans les études médiévales.

Mots-clés : Sémiotique; Méthode; Narrative; Chroniques.

● **Enviado em: 10/02/2014**
● **Aprovado em: 07/07/2014**

[1] Professor Adjunto de História Antiga e Medieval da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (*campus* Nova Iguaçu). Coordenador do LEPEM – Laboratório de Ensino e Pesquisa em Medievalística. Membro da Rede Luso-Brasileira de Estudos Medievais.

> Admito que quem estuda a história pode ter crença infantil e comovente no poder organizador do nosso espírito e do método em si, mas deve além disso respeitar a incompreensível verdade, a realidade e a originalidade do fenômeno. Estudar história, meu caro, não é uma brincadeira, nem uma ocupação infantil e irresponsável. Estudar história requer o conhecimento prévio de que com esse estudo se almeja algo impossível de atingir, e todavia necessário e importantíssimo. Estudar história significa entregar-se ao caos, conservando a crença na ordem e no sentido.
>
> (Padre Jacobus, o personagem historiador do romance de Hermann Hesse, *O Jogo das Contas de Vidro*)

Decifrar os vestígios das sociedades que nos antecederam não é tarefa fácil. O talento de romancista de Hesse criou um personagem historiador que nos alerta sobre a dificuldade em construir modelos explicativos para entender as sociedades que só podemos conhecer mediante vestígios esparsos e desordenados. Para os leitores do escritor, uma informação apresentada com admirável estilo. Para os historiadores, rotina. A pesquisa histórica necessita de métodos bem definidos e opções teóricas convincentes. Isto é necessário para, ao término da pesquisa, apresentar um ordenamento, uma explicação, ou, ao menos, a compreensão de uma parcela de uma sociedade do passado (o que obviamente dependerá, para além das fontes disponíveis, das preferências e escolhas do pesquisador). Mesmo entre os historiadores descrentes em relação à aplicabilidade do método hipotético-dedutivo em História, não se nega a obrigatoriedade de uma metodologia eficaz para o tratamento das fontes, além de um quadro teórico capaz de resumir o olhar do pesquisador para seu objeto de pesquisa. O presente artigo propõe uma opção para contribuir nestas escolhas e debates, especificando o campo dos estudos medievais.

Os resultados aqui expostos não são mais do que parciais. Os limites deste ensaio, bem como a predominância das dúvidas sobre as conclusões, devem-se ao fato deste artigo ser fruto de uma pesquisa inicial, carregada de alternativas de percurso a seguir, leituras exploratórias e análises ainda incipientes. O leitor perceberá tais limites e compreenderá, pois vale mais compartilhar questionamentos iniciais de uma pesquisa e submeter-se às críticas do que enclausurar-se crendo-se detentor de algum achado singular que merece desvendar-se somente no fim da jornada. As reflexões que compartilho originaram-se basicamente de duas preocupações: uma, mais específica, relaciona-se com a busca de métodos para a análise de fontes narrativas, visto que, entre meus interesses de pesquisa, encontram-se as crônicas e outras fontes narrativas portuguesas; a outra, diz respeito a uma preocupação mais ampla acerca dos estudos sobre a cultura medieval. Portanto, a exposição de minhas reflexões gira

em torno de problemas metodológicos, por um lado, e teóricos, por outro. Por fim, exemplificarei, para as questões metodológicas, com um ensaio de aplicação do método numa fonte narrativa – especificamente, um trecho da *Chronica do Muito Alto e Muito Esclarecido Principe D. Affonso II, Terceiro Rey de Portugal*, de autoria de Rui de Pina. A segunda das preocupações citadas acima merece uma breve introdução do problema antes de esclarecer objetivamente quais são os argumentos que intento apresentar[2].

Como um ponto de convergência para o qual se direcionaram esforços e expectativas, a chamada "História das Mentalidades" tornou-se emblema, por volta dos anos 60 e 70, para a historiografia francesa herdeira dos *Annales*. Lucien Febvre e Marc Bloch já se preocupavam, décadas antes, com o estudo das "mentalidades", apesar do termo apenas ter se vulgarizado posteriormente. Febvre queixava-se do desinteresse dos historiadores por uma história do amor, da piedade, da crueldade, etc. Bloch, no clássico *Os Reis Taumaturgos,* dialogou com a antropologia para relacionar aspectos culturais e relações de poder. Os fundadores dos *Annales* apenas sinalizaram para algo que foi amplamente debatido e estudado pelos seus seguidores, notadamente aqueles pertencentes à chamada "terceira geração" desta "escola" historiográfica. Para a geração de Jacques Le Goff, o termo "mentalidades" parecia constituir-se numa grande novidade encarada com entusiasmo. Mesmo admitindo a importância dos "novos objetos", "novos problemas" e "novas abordagens", não tardou para que fossem apontados a insuficiência de alguns "objetos", a polêmica de alguns "problemas" e a discordância em relação a algumas "abordagens". Um dos pontos considerados exagerados foi justamente a noção de "mentalidades", insuficiente para dar conta dos processos sociais de maneira satisfatória, sobretudo devido ao seu caráter "interclassista"[3] – o próprio Le Goff dizia que as "mentalidades" constituíam-se num fundo comum que ligava o mais humilde camponês da França a São Luís:

> O nível da história das mentalidades é aquele do quotidiano e do automático, é o que escapa aos sujeitos particulares da história, porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento, é o que César e o último soldado de

[2] Limito-me aqui a uma sumária exposição acerca de algumas questões ligadas à História Cultural. Não intento detalhar o assunto, primeiramente, pelo limite de espaço para fazê-lo, mas também devido às minhas limitações e preferências. Portanto, não referencio outras tradições historiográficas além daquela ligada aos chamados herdeiros dos *Annales*.

[3] Termo utilizado por Carlo Ginzburg em sua crítica à maneira francesa de definir a noção de mentalidades. Cf. VAINFAS, Ronaldo. "História das Mentalidades e História Cultural." In: CARDOSO, Ciro. F. & VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da história – Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 151.

> suas legiões, São Luís e o camponês de seus domínios, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas têm em comum.[4]

Abandonado até mesmo pelos seus defensores, o termo "mentalidades" deixou, contudo, sua herança, notadamente entre os historiadores da "História Cultural" (embora este campo também seja heterogêneo tanto em elaborações conceituais quanto em opções ideológicas). Curiosamente, percebe-se que se trata, muitas vezes, de um abandono unicamente do termo, mas não do objeto que este faz referência. Vainfas afirma que "... é notável o contraste entre o desgaste da noção de mentalidades no vocabulário dos historiadores e o extraordinário vigor dos estudos sobre o mental, ainda que sob novos rótulos e com outras roupagens."[5]

Apesar desta observação, os historiadores da cultura não se limitam a imitar os antecessores defensores das "mentalidades". É desnecessário detalhar aqui os horizontes alcançados pelos chamados estudos culturais. Mesmo alguns adversários da "Nova História Cultural", reconhecem o mérito em pesquisar um campo das atividades humanas que era relegado a segundo plano pela historiografia mais tradicional. As críticas mais interessantes, entretanto, dizem respeito ao uso equivocado de alguns termos, a começar pelo próprio termo "cultura", polissêmico e com uma carga considerável de polêmica, mesmo entre os antropólogos. Outro bom exemplo é o termo "representação social" – que, por ser citado cansativamente por críticos e defensores, há quem vire os olhos ao ler o termo num título de pesquisa. Ciro Cardoso, por exemplo, mesmo considerando que o termo não é utilizado como um verdadeiro conceito pela maioria dos historiadores, e sim como uma noção, e mesmo discordando da maioria das abordagens que priorizam as representações, não propõe o abandono do termo, mas uma melhor definição conceitual do mesmo. Em texto no qual critica o uso da noção de representação social (especificando as teorizações de Roger Chartier), Cardoso propõe como alternativa um diálogo interdisciplinar com a psicologia social, disciplina que, segundo ele, consegue trabalhar a noção em questão com melhor precisão. Eis as razões expostas por Ciro Cardoso para justificar sua proposta interdisciplinar:

> Em primeiro lugar, parece-me que, dentre as diversas ciências sociais, até o presente momento, a psicologia social foi aquela que soube manejar com maior precisão, bem como com atenção às complexidades que envolve uma noção que, nas demais disciplinas (incluindo a história cultural), sói aparecer em formas desanimadoramente vagas e, ao mesmo tempo, como se se tratasse

[4] LE GOFF, Jacques. "As Mentalidades." In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 71.

[5] VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* p. 128.

> de algo simples. Em segundo lugar, porque é também a psicologia social a área de estudos sociais que menos cai na tentação de querer reduzir o pensamento científico a meras representações (...).[6]

Embora seja convincente o argumento (e instigador o convite), o uso da psicologia social nas pesquisas históricas pode reservar armadilhas. Como diálogo teórico, considero válido, contudo, existe, a meu ver, um obstáculo em termos metodológicos. Os psicólogos sociais utilizam métodos de pesquisa extremamente diversos daqueles usados pelo historiador, obviamente. Mas não se trata apenas de diferença metodológica. Em psicologia social, as técnicas usadas para a coleta de dados são geralmente laboratoriais, com características muito específicas. Há seleção de grupos de indivíduos (significativos como amostragem, em relação ao objeto da pesquisa), aplicação de questionários aliada ao método de observação (para registros de reações ou hesitações das pessoas envolvidas), pesquisas de opinião, etc. Excetuando as pesquisas em história oral, os historiadores (sobretudo medievalistas) não poderão utilizar uma metodologia de pesquisa semelhante à utilizada pelos psicólogos sociais. Mesmo considerando a possibilidade de diálogo com as teorias elaboradas pelos últimos, os primeiros deverão se questionar se é válido tomar de empréstimo uma teoria de determinada área e não compartilhar a metodologia desta área, sobretudo sabendo que, 1) teoria e metodologia estão intimamente relacionadas e, 2) o conceito de representação social no campo das pesquisas dos psicólogos sociais foi construído paulatinamente a partir de pesquisas de campo às quais foi aplicada esta metodologia com características específicas.[7]

No campo que se convencionou denominar História Cultural, não se encontra somente o termo "representação social" como conceito largamente utilizado apesar de polêmico. Imaginário, sensibilidades, categorias culturais, produção simbólica, entre outros tantos termos, são comuns nos trabalhos dos historiadores da cultura. O uso constante, todavia, não garante o consenso. Muitos dos termos utilizados são polissêmicos e, alguns deles, pouco operacionais. Para nos limitarmos às pesquisas em História Medieval, lembremos que Le Goff, em suas considerações sobre a "Longa Idade Média", disse que para se entender a cultura medieval deve-se fazer uma "história dos valores". São esses valores que definem, segundo ele, o mais relevante da cultura do medievo, o que, ainda segundo ele, permite dizer que a Idade Média durou até o século XVIII, visto que os tais valores constituem-se em aspectos de

---

6 CARDOSO, Ciro Flamarion. "Introdução: uma opinião sobre as representações sociais." In: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (orgs.) *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p. 21.

7 Cf. JODELET, Denise (org.) As Representações Sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

longa duração que só perdem espaço com as revoluções burguesas. A defesa do termo "valores" feita por Le Goff apresenta dois aspectos que cabe aqui ressaltar: 1) Insere-se no contexto da defesa de sua noção de "longa Idade Média" e 2) é utilizada para justificar um novo olhar sobre o que, outrora, chamava de "mentalidades".

> E atualmente, por desilusão ou por prudência, eu não sei, mas o fato é que há algum tempo me afasto um pouco dessa noção nebulosa, que pode ser usada sempre, de "mentalidades". Escrevi e continuo a pensar que mesmo essa nebulosidade foi muito útil, porque deu origem a esquemas de descrição e de explicação muito rígidos: permitiu que fossem introduzidos grandes matizes na história das ideias.
>
> O que se deve estudar é como tomam forma, no espírito e nos comportamentos do homem comum, as ideias, os conceitos, que só podem ser manejados pelos intelectuais ou pelas categorias sociais mais elevadas. Há que tentar apreender as estruturas e os conteúdos dos pensamento dos homens e das mulheres do passado. Acho que se pode chegar a isso através de uma história dos valores.[8]

No entanto, o impasse conceitual continua. Como podemos definir esses "valores"? Dependendo da abordagem, seria apenas atribuir novo nome a objetos que antes chamávamos de mentalidade ou representação. Neste caso específico, Le Goff exemplifica quais seriam estes "valores" ("a fidelidade, a hierarquia, a honra, especialmente"[9]). Também afirma que tais valores são "estruturantes" da sociedade medieval. Estas considerações de fato denotam avanço e maturidade das reflexões deste admirável medievalista. Contudo, na trilha de seus argumentos, ao explicar o motivo para os considerar como "estruturantes", Le Goff parece depositar nos "valores" um pouco da carga de "nebulosidade" que atribuiu às "mentalidades": "são valores que, passando de um nível social a outro em cada categoria, podem ser encontrados, mais vigorosos ou menos vigorosos, explícitos, de alto a baixo na hierarquia social".[10] Estaríamos diante de um resquício teórico daquilo que, outrora, ele dizia existir em comum a todas as camadas sociais, de São Luís ao "camponês de seus domínios"?

Em substituição aos termos "cultura(s)" ou "cultural", alguns autores já utilizam em suas abordagens termos como "produção simbólica", "bens simbólicos", etc. provavelmente influenciados por Pierre Bourdieu. Este sociólogo tornou-se, para alguns historiadores, uma boa interlocução no referente aos estudos culturais, principalmente por permitir uma abordagem dos fenômenos culturais que os vincule satisfatoriamente à prática social, ao invés de trata-los como entidades abstratas e autoexplicativas. Infelizmente, Bourdieu – tal como

---

8 LE GOFF, Jacques. *Uma Longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 37-38.
9 LE GOFF, Jacques. *Ibid*. p. 38.
10 LE GOFF, Jacques. *Ibid.* p. 38.

Althusser, Foucault e, mais recentemente, Koselleck – foi vítima, no Brasil, dos efeitos de uma espécie de "moda intelectual". Trazendo interessantes visões acerca do social, o sociólogo foi exaustivamente referenciado para, em seguida, começar a ser abandonado. Ainda existem pesquisas inspiradas nas teorias de Bourdieu, certamente; contudo, o uso dessas teorias já não é feito com o entusiasmo de algum tempo atrás.

O campo semântico que envolve o termo "simbólico" é tão vasto que, para evitar o risco de controvérsia já vivida quando da adoção de outros termos, é preciso uma definição conceitual clara. Helenice Silva, por exemplo, explicando o que seria o campo da "história simbólica" em capítulo incluído numa coletânea sobre o estudo das "representações"[11], apresenta a perspectiva das obras de Marcel Gauchet. Sob esta perspectiva, busca-se explicar "de que modo o simbolismo age na sociedade"[12], decifrando assim um mesmo "invariante cultural" que liga uma sociedade do passado à sociedade contemporânea. Ora, esta crença em uma "comum humanidade" é bem distinta do que apregoam as construções teóricas de Bourdieu, apesar da semelhança dos termos empregados.

Os termos usados por Bourdieu – e não apenas os termos, superficialmente falando, mas inclusive algumas de suas conceituações – nos remetem a uma área do conhecimento com a qual poucos historiadores procuram dialogar: a Semiótica.

Parece que após as propostas metodológicas do professor Ciro Cardoso[13], poucos historiadores se aventuraram nesse diálogo (e quando o fazem, geralmente seguem à risca os métodos expostos no livro *Narrativa, Sentido, História*). Mais do que reproduzir uma proposta de interdisciplinaridade, o que se espera, após uma contribuição original e importante, é que outros deem continuidade à proposta de maneira original e criativa. Ficam-nos, assim, algumas perguntas. Porque não buscar outros métodos semióticos não tratados por Ciro Cardoso? Porque, para além do empréstimo de **métodos**, não dialogamos **teoricamente** com a semiótica? Será que esta disciplina não pode nos auxiliar na construção de conceitos que enriqueçam os estudos culturais? Ressalvo que são apenas questionamentos e não alimento a pretensão de dar conta deste problema em tão poucas linhas.

A semiótica, inicialmente muito centrada nos conceitos de *signo*, sobretudo devido à influência de Ferdinand de Saussure e Charles Sanders Peirce, vem, há algumas décadas, se

[11] SILVA, Helenice Rodrigues. "A História como 'A Representação do Passado': a nova abordagem da historiografia francesa". In: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir. *Op. cit*. pp. 81-99.
[12] SILVA, Helenice Rodrigues. *Op. cit.* p. 91.
[13] CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, Sentido, História*. Campinas: Papirus, 1997.

definindo mais como uma "teoria da significação"[14]. Umberto Eco vê com bons olhos esta orientação voltada aos processos de significação, pois, segundo ele, apesar da contribuição dos estudos fundadores da disciplina, as discussões sobre o *signo* pouco contribuíam no avanço dos estudos sobre a cultura. Sim, para Umberto Eco, trata-se de cultura. A semiótica seria, embora ele não diga isso explicitamente, uma substituta da antropologia. Eco relativiza afirmando que este projeto de uma disciplina é extremamente vasto e, certamente, apresenta alguns riscos graves:

> Na verdade, o projeto de uma disciplina que estuda o conjunto da cultura, resolvendo em signos uma imensa variedade de objetos e eventos, pode dar a impressão de um arrogante 'imperialismo' semiótico. Quando uma disciplina define como seu objeto próprio 'tudo', reservando-se assim o direito de definir por meio de seus aparatos categoriais específicos o universo inteiro, o risco é assaz grave.[15]

Na tentativa de dar uma solução para os limites do objeto de estudo da semiótica, apesar das afirmações de que "tudo" serve para significar, afirma, em seguida: "a semiótica tem muito a ver com o que quer que possa ser ASSUMIDO como signo"[16]. Temos aqui uma boa proposta de definição, pois envolve tudo o que intencionalmente se assume como signo nas relações sociais, deixando de lado as produções humanas que, apesar de servirem para significar, não são assumidas como signo. Contudo, continua Eco:

> É signo tudo quanto possa ser assumido como um substituto significante de outra coisa qualquer. Esta outra coisa qualquer não precisa necessariamente existir, nem substituir de fato no momento em que o signo ocupa seu lugar. Nesse sentido, a semiótica é, em princípio, *a disciplina que estuda tudo quanto possa ser usado para mentir.*[17]

E como se quisesse nos provocar, conclui: "se algo não pode ser usado para mentir, então não pode também ser usado para dizer a verdade: de fato, não pode ser usado para dizer nada"[18]. Ora, o "que não pode ser usado para dizer nada" não pode, evidentemente, ser objeto nem da semiótica nem de nenhuma disciplina acadêmica interessada nos processos de significação e comunicação. Então, concluímos – na tentativa de decifrar o texto de Umberto

---

14 Não perfilarei todo o processo histórico da constituição da semiótica como área acadêmica, por considerar que existem inúmeros trabalhos que o fazem. Cf. por exemplo: ECO, Umberto. *Tratado Geral de Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2009; GREIMAS, A. J. & COURTÉS J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008. Especificamente para o público da área de história: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Op. cit.* 1997.

15 ECO, Umberto. *Op. cit*. p. 4.

16 ECO, Umberto. Ibid. p. 4.

17 ECO, Umberto. Ibid. p. 4.

18 ECO, Umberto. Ibid. p. 4.

Eco – que o objeto da semiótica não é somente o que pode ser usado para "mentir" (no sentido de signo assumido), mas tudo o que pode dizer algo, significar e, também, mas não necessariamente, comunicar. Assim, se a cultura é um complexo constituído por processos de significação, é a semiótica a disciplina privilegiada para seu estudo.

O perigo, pelo menos na visão de alguns pesquisadores externos aos estudos semióticos, é justamente o que consta neste programa de definição explicado por Eco: encarar a cultura como esse imenso campo de significações. Se, segundo este "pan-semiotismo", incluirmos todas as formas possíveis de significação e não apenas os sistemas propositadamente sígnicos usados para comunicar (a linguagem escrita, por exemplo), incluiríamos no possível campo de estudos da semiótica a moda, a gastronomia, a arquitetura, etc. Então, o que não seria cultura? O que não seria objeto da semiótica? Esta discussão não encontra consenso nem mesmo entre os semioticistas e, caso queiramos uma relação interdisciplinar que não caia nos problemas já vivenciados pelos estudos culturais (imprecisão conceitual e divergências referentes aos termos empregados), é preciso delimitar com precisão quais processos de significação são realmente relevantes. No que tange os historiadores, abordar unicamente aqueles que foram produzidos com a intenção de comunicar já é um bom começo.

Esta interdisciplinaridade pode ser bastante útil para a medievalística. Considerando que, na sociedade medieval, o "simbólico" (ou seja, tudo o que a sociedade produz com intenção de significar algo, e não somente o que se entende como "simbolismo medieval" – os símbolos do poder régio, por exemplo) desempenha papel fundamental em diferentes âmbitos, é provável que a semiótica tenha bastante a contribuir no entendimento dos atos de comunicação presentes nas relações sociais medievais.

Estas reflexões teóricas ainda tem um percurso muito longo pela frente, se encontrarem historiadores interessados em percorrê-lo. Entretanto, ao contrário do diálogo teórico, o uso metodológico de técnicas oriundas da semiótica, sobretudo no referente à análise de fontes, é algo que podemos avaliar a curto ou médio prazo.

Fontes de caráter narrativo são demasiadamente utilizadas nas pesquisas dos medievalistas. Isto é algo corriqueiro e compreensível se pensarmos no imenso número de fontes que podem ser classificadas como narrativas: crônicas, hagiografias, contos, *exempla*, etc. E mesmo fontes *a priori* não classificadas como narrativas, podem incluir aspectos ou trechos narrativos. Assim, pode ser bastante profícuo o uso de métodos da chamada semiótica narrativa na análise de tais fontes.

A semiótica narrativa, apesar da variedade de correntes existentes, apresenta-se como um campo majoritariamente de influência estruturalista ou pós-estruturalista (se não majoritariamente, pelo menos na maioria dos autores lidos pelos historiadores brasileiros). Como tributária do estruturalismo, é óbvio que a "análise estrutural da narrativa" – como comumente é chamada – pressupõe a existência, num relato dado, de uma estrutura, um todo constituído por partes articuladas. Roland Barthes acentua a presença marcante da narrativa na história das sociedades humanas: "não há em parte alguma povo algum sem narrativa"[19]. Mas esta universalidade poderia impedir que a narrativa fosse objeto de pesquisas acadêmicas. Afinal, como construir uma teoria de algo presente em todas as épocas e todas as sociedades? Novamente, o problema da delimitação do objeto. A solução, para Barthes, está na análise estrutural:

> (...) ou bem a narrativa é uma simples acumulação de acontecimentos, caso em que só se pode falar dela referindo-se à arte, ao talento ou ao gênio do narrador (do autor) – todas as formas míticas do acaso –, ou então possui em comum com outras narrativas uma estrutura acessível à análise, mesmo que seja necessária alguma paciência para explicitá-la, pois há um abismo entre a mais completa aleatória e a mais simples combinatória (...).[20]

O fundamento no qual se baseiam esses estudos pode ser resumido na busca das estruturas comuns ao ato de narrar, ou seja, das "leis" que regem as estruturas da "narratividade".

Tzvetan Todorov defendeu o desenvolvimento de uma disciplina que ele chamou de poética estrutural. Disciplina que, segundo ele, poderia enfim dar novo rumo aos estudos literários. Ao invés de se debruçar sobre as obras individualmente consideradas, a poética estrutural se interroga acerca das "propriedades desse discurso particular que é o discurso literário". E conclui Todorov: "tal ciência se preocupa não mais com a literatura real, mas com a literatura possível, em outras palavras: com essa propriedade abstrata que faz a singularidade do fato literário, a *literariedade*".[21]

Mesmo que não se concorde com as reflexões teóricas deste autor – por exemplo, esta ideia de "literariedade", algo carregado de tamanha abstração ao ponto de perder sua operacionalidade –, pode-se fazer um bom proveito dos métodos desenvolvidos por ele para analisar obras narrativas. Em outras palavras, algumas conclusões ou projeções deste autor

---

19 BARTHES, Roland. "Introdução à Análise Estrutural da Narrativa". In: BARTHES, Roland et alli. *Análise Estrutural da Narrativa*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 19.
20 BARTHES, Roland. *Ibid*. p. 20.
21 TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e Poética*. São Paulo: Cultrix, 1974, pp. 15-16.

podem ser ignoradas pelos historiadores (caso não concordem com a aplicação destas teorias na pesquisa histórica), porém, estes podem fazer uso das técnicas que compõem sua metodologia de análise de obras narrativas, sem nenhum prejuízo.[22]

Um bom exemplo de possível contribuição é o enfoque nas *ações* que se desenvolvem no interior de uma narrativa. Ao contrário do enfoque nos personagens (ou nos agentes, dependendo da nomenclatura), Todorov afirma que as ações são a base na qual se desenrolam todas as relações de uma obra narrativa. Obviamente, a concepção de que as ações se repetem em uma obra narrativa e de que é possível estabelecer um modelo a partir destas repetições não é novidade. Todorov não faz mais do que prosseguir com a tradição da análise estrutural da narrativa, que, desde Vladimir Propp, busca explicar esses modelos. O que torna a proposta de Todorov interessante é que, a partir deste enfoque nas ações é possível conhecer as diferentes relações entre personagens (isto também não é novidade, contudo, permite a construção de um método de análise promissor). Com base no estudo destas relações, Todorov desenvolveu o que chama de "predicados de base", ou seja, três predicados que designam três relações de base. Vejamos como ele nos explica:

> À primeira vista, estas relações podem parecer muito diversas, por causa do grande número de personagens, mas percebe-se rapidamente que é fácil reduzi-las a três apenas: desejo, comunicação e participação (...). Estas três relações possuem uma generalidade muito grande, pois estão já presentes na formulação deste modelo, tal qual a deu A. J. Greimas. Não queremos, entretanto, afirmar que seja necessário reduzir todas as relações humanas, em todas as narrativas, a estas três. (...) Cremos, em oposição, que as relações entre personagens, em toda narrativa, podem sempre ser reduzidas a um pequeno número e que esta rede de relações tem um papel fundamental para a estrutura da obra. É nisto que se justifica nosso intento.[23]

A partir destes três predicados (ressalto que estes foram os descobertos por Todorov em sua análise do romance *Les Liaisons Dangereuses*), é possível conhecer outras relações presentes na narrativa a partir de "regras de derivação".

O interesse do autor em questão é que este tipo de análise estrutural possa ser aplicado em outras obras para que se descubram os pontos em comum e o alcance do modelo traçado

[22] Aqui, ocorre oposto do que afirmei acima em relação à psicologia social. Trata-se de métodos de análise textual que podem ser aplicados em fontes históricas e, caso não se concorde com a teorização do criador do método (que chegará, portanto, a conclusões diferentes das dos historiadores), basta submeter o resultado da análise a outro quadro teórico. Os dados recolhidos após a análise não serão, por exemplo, usados para se descobrir as leis da narratividade, mas para compreender a estruturação de determinada fonte narrativa com intenção de que isto explique um aspecto de uma sociedade do passado.

[23] TODOROV, Tzvetan. "As Categorias da Narrativa Literária." In: BARTHES, Roland et alli. *Op. cit*. pp. 231-232.

por ele, mas não necessariamente que estes predicados devam ser repetidos em outras obras. Ora, teremos uma boa metodologia de análise de fontes narrativas se conseguíssemos, tal como preconizou Todorov, traçar um paradigma das relações entre personagens. Seria mais interessante ainda se conseguíssemos chegar, após a identificação desses predicados de base, à formulação de algumas "regras de ação", ou seja, paradigmas de ação priorizados na obra narrativa. Resumindo, escreve Todorov:

> Para descrever o universo dos personagens, temos aparentemente necessidade de noções. Há em primeiro lugar os predicados, noção funcional, tal como "amar", "confiar-se", etc. Há, por outro lado, personagens: Valmont, Merteuil, etc. Estes podem ter duas funções: ou ser os sujeitos, ou ser os objetos das ações descritas pelos predicados. Empregaremos o termo genérico de agente para designar simultaneamente o sujeito e o objeto da ação. No interior de uma obra, os agentes e os predicados são unidades estáveis, o que varia são as combinações de dois grupos. Enfim, a terceira noção é a das regras de derivação: estas descrevem as relações entre os diferentes predicados. Mas a descrição que podemos fazer com a ajuda destas noções permanece puramente estática; a fim de poder descrever o movimento destas relações e, por aí, o movimento da narrativa, introduziremos uma nova série de regras que chamaremos, para distingui-las das regras de derivação, *regras de ação.*[24]

Imaginemos um medievalista interessado em analisar crônicas régias da Baixa Idade Média. Se este medievalista puder, na análise de uma crônica, traçar as "regras de ação" mais recorrentes da fonte, significa que ele avançou bastante na interpretação dessa fonte, pois estará inferindo sobre os possíveis paradigmas de comportamento presentes na fonte em questão (o que, para uma fonte oriunda do ambiente régio, será, sem dúvida, interessante). Obviamente – esquecendo um pouco o Todorov e refletindo como medievalista –, também será preciso que esse nosso medievalista hipotético compare esses dados com outras fontes (também narrativas ou, de preferência, de outro tipo, como ordenações e chancelarias). Também precisará conhecer as condições de produção da fonte analisada, seu percurso e recepção, etc. Em resumo, a escolha metodológica é importante, mas não é tudo.

Passo a resumir agora um exemplo de aplicação deste método. Este exercício de análise é aqui exposto superficialmente e, portanto, constitui-se mais em uma possibilidade do que em um resultado.

[24] TODOROV, Tzvetan. *Ibid.* pp. 235-236.

Preocupado com os paradigmas de comportamento presentes na *Chronica do Muito Alto e Muito Esclarecido Principe D. Affonso II, Terceiro Rey de Portugal*[25], de Rui de Pina, comecei a buscar os tais predicados de base na referida obra. De início, me intrigou a extensa reprodução, pelo cronista, da trajetória dos mártires de Marrocos. Por que tanto espaço concedido ao percurso dos mártires franciscanos numa crônica régia? Vejamos a explicação do cronista:

> Desta tomada Dalcacere até o falecimento Del-Rei Dom Affonso se passaram seis annos, nos quaes se não acha feito que elle fizesse, nem se passasse cousa dina de memoria, salvo que depois em sua vida, e da dita Rainha Dona Orraca sua molher, o Ifante Dom Pedro seu Irmão filho também legitimo del-Rei Dom Sancho trouxe a Coimbra os ossos dos cinco Frades Menores, que em Marrocos morreram Martyres, cujo caso segundo a Lenda Santa, que delles se lê, e segundo o que mais delles verdadeiramente se acha foi brevemente nesta maneira (...)[26]

O motivo que impulsiona a narrativa é a relação de confiança de Francisco com os irmãos encarregados da missão de levar a fé cristã até Marrocos:

> elle por vontade de Deos, escolheo em sua vida seis Frades de sua Ordem por natureza Italianos, e de maravilhosa santidade, a saber: Frei Vital, e Berardo, Otone, Acurcio, Pedro, e Adjuto, e por saberem bem a lingoa Arabiga os mandou ao Rei, e Reino de Marrocos, que naquelle tempo sobre os Mouros Dafrica, e Despanha tinha o mór Principado, para lhe prégarem, e trabalharem pelo converter á Fé de Christo.[27]

A escolha de tamanha missão é baseada na confiança do santo fundador da ordem (mesmo explicitando que a escolha foi "por vontade de Deos", a confiança fica subentendida). A confiança passa a ser uma constante no caminho dos frades. Continuemos:

> E destes seis Frades fez maioral, e Prelado a Frei Vital, o qual como elle com os outros chegassem ao Reino Daragão adoeceo; e porque vio que sua doença se prolongava por tal que seu mal corporal, o bem, e negocio espiritual, e de Deos não impedisse, mandou que por comprirem o mandado de Deos, e de S. Francisco se fossem a Marrocos, os quaes por sua obediencia o leixaram doente, e se partiram, e chegeram á Cidade de Coimbra onde a esse tempo era a Rainha Dona Orraca molher deste Rei Dom Affonso, a qual os fez ir ante si, e como falasse com elles em cousas de Deos, e nelles visse tão grande desprezo do mundo, e tamanho fervor de morrer por amor de Jesu Christo, e sem duvida os julgou, e houve por mui verdadeiros, e prefeitos servos de Deos, e por esso com grande instancia lhe rogou, que por suas rogações pedissem a Deos que revelasse a ella o derradeiro termo de sua vida, e posto que elles com sua humildade confessassem não ser dinos entender nos segredos de

[25] A edição aqui consultada, em formato *e-book*, é a versão digital de PINA, Rui de. *Chronica do Muito Alto e Muito Esclarecido Principe D. Affonso II, Terceiro Rey de Portugal.* Lisboa: Escriptorio - Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1906. Disponível em: http://purl.pt/16960

[26] PINA, Rui de. *Ibid*. p. 17.

[27] PINA, Rui de. *Ibid*. pp. 17-18.

> Deos: porém vencidos das devotissimas preces da Rainha, ditas com muitas lagrimas, prometeram-lhe que assi o pediriam, os quaes orando a Deos com firme, e pura fé, não sómente o que da vida da Rainha, mas ainda o seu Martyrio, por revelação de Deos lhe foi tambem senificado, porque logo disseram que os derradeiros dias da vida da Rainha seriam mui sedo quando seus corpos depois de seu Martyrio, fossem de Marrocos ali trazidos, e dela mesma Rainha, e de todo o povo com grandes honras recebidos, e assi foi como se dirá (...)[28]

Há aqui um destaque na confiança imediata que a rainha depositou nos frades, a tal ponto que lhes solicitou uma revelação. Além da relação de confiança, que acredito poder ser considerada um predicado de base, surgem repetidamente ao longo do relato as relações de ajuda, principalmente no que se refere ao auxílio prestado aos frades por aqueles que cruzam seus caminhos.

> Partidos os Frades de Coimbra para seguirem sua santa jornada, vieram por aviamento da Rainha Dona Orraca á Villa Dalanquer, onde estava a Ifante Dona Sancha, irmã del-Rei Dom Affonso, que era Senhora da dita Villa, a que tambem revellaram todo o seu proposito; como ella foi Princeza mui santa, aprovando seu negocio ella sobre os habitos da sua Religião que elles traziam lhes deu outras vestiduras seculares, taes, com que mais livres, e facilmente podessem passar a terra de Mouros, e assi com seus habitos desimullados foram á Cidade de Sevilha, que então era de Mouros, onde na pouzada de um Christão, leixados os hábitos leigos, por oito dias estiveram escondidos (...)[29]

Como vimos, há de novo a relação de confiança e a ajuda da rainha, da infanta e de um cristão não identificado que lhes abrigou. Assim, pode-se conjecturar que *confiança* e *ajuda* são "predicados de base" desta narrativa (e outros ainda podem ser elaborados após uma análise mais aprofundada).

Segundo Todorov, as ações também podem ser derivadas a partir da oposição a um predicado de base. E isto ocorre na narrativa em questão quando, por exemplo, os agentes são os mouros. Estes, ao contrário dos agentes cristãos, impedem o cumprimento da missão[30], ou seja, temos aqui uma ação derivada da oposição à relação de ajuda.

Tentemos aqui esboçar algo semelhante ao que Todorov aplicou em *Les Liaisons Dangeureses*. Mesmo com uma análise ainda inicial, e com a definição de apenas dois predicados de base, é possível tentar definir algumas "regras de ação" que resumem as relações entre os agentes da narrativa. Iniciemos com as relações do eixo da *confiança*:

R1) Sejam A, B e C três agentes, e que A confia uma ação a B. Então, C, ao se convencer da relação entre A e B, passa a confiar em B.

---

28 PINA, Rui de. *Ibid*. p. 18.
29 PINA, Rui de. *Ibid*. p. 18.
30 PINA, Rui de. *Ibid*. p. 18 *passim*.

Trata-se de uma regra que se repete ao longo da narrativa. A rainha Dona Urraca, a infanta Dona Sancha, entre outros, ao perceberem a incomparável fé dos frades e a importância da missão encomendada pelo próprio Francisco – e segundo a narrativa, os frades não apenas desejavam pregar em terra de infiéis, mas sabiam que enfrentariam o martírio e estavam perseverantes na missão – passam a confiar inteiramente nos cinco frades menores.

Desta regra, deriva-se outra, contextualizada no eixo do *auxílio*:

R2) Sejam A, B e C três agentes, e entre eles estão estabelecidas as relações de R1. Então, C auxilia B na execução da ação pactuada entre A e B.

Como vimos, todos os cristãos que cruzam o caminho dos frades os auxiliam de alguma forma. Todos, de certa maneira, concorrem para que a missão seja cumprida e que os cinco missionários encontrem a morte gloriosa do martírio.

Vê-se, assim, que certas relações surgem repetidamente e muito próximas no fio da narrativa e, a partir delas, se derivam outras relações. É possível dar continuidade à aplicação deste método e inferir alguns paradigmas que ligam entre si os personagens do relato. Meu intento é, ao fim de uma análise mais profunda, questionar sobre os modelos de comportamento que são vinculados na crônica. Além disso, pode-se também levantar outros questionamentos, tais como: quais são os "lugares-comuns" do relato do cronista sobre a trajetória dos mártires de Marrocos? Levando em conta que alguns autores consideram que existe um "discurso hagiográfico"[31] no interior de uma crônica régia, será que esses "lugares-comuns" são os mesmos de outros relatos hagiográficos? São muitos os questionamentos que podem ser feitos diante de uma temática assaz interessante como a da trajetória dos mártires de Marrocos e a considerável expansão de seu culto em Portugal.

Para concluir, queria ressaltar a importância da reflexão teórica aliada a uma boa metodologia de análise. A metodologia aqui esboçada pode auxiliar na busca daquilo que Bourdieu chamava de "teoria da ação"[32]. Ao se investigar, nas fontes, paradigmas de ação privilegiados no contexto estudado, estaremos dando um passo a mais no entendimento das motivações dos seres humanos em sociedade; em outras palavras, estaremos pesquisando para explicar porque as pessoas de uma determinada sociedade do passado agiram de determinada maneira. Ora, se o historiador, como disse Marc Bloch, se assemelha ao ogro da lenda, ou seja, onde existe carne humana, lá está ele, se nosso objeto é o homem e suas ações,

[31] Cf. por exemplo: SOBRAL, Cristina. "Hagiografia em Portugal: balanços e perspectivas". In: *Revista Medievalista Online*. Lisboa: IEM/FCSH, 2007, Ano 3, número 3. Disponível em: www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista

[32] Cf. por exemplo: BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

se já cansados dos estudos que priorizam uma cultura descarnada, sem vida, buscamos explicar o que as pessoas efetivamente faziam, talvez essas reflexões sejam de alguma valia.

A semiótica pode nos ajudar a olhar a chamada cultura pelo viés das "programações sociais" (para usar a terminologia de Ferruccio Rossi-Landi[33]), ou seja, as pessoas agem segundo introjeções de complexos processos de significação. Elas precisam estar inseridas numa sociedade para compreender os códigos (e com eles, os processos semióticos) necessários à vida cotidiana e vão agir de acordo com estes códigos. Mesmo os comportamentos que acreditamos serem espontâneos, estão programados segundo as tipificações e programações da sociedade em que vivemos, caso contrário, "no sólo no serían comprensibles sino ni siquiera identificables como casuales, espontâneos, libres o individuales, si no existiesen programaciones sociales según las cuales medirlos"[34]. Esta concepção teórica pode constituir-se num tipo de abordagem da cultura sem desvinculá-la da prática social, das ações efetivamente praticadas. Obviamente, que o obstáculo mais difícil – mas também desafiador – é como verificar isto nas fontes, sobretudo devido às especificidades das fontes medievais, que exigem tratamento especializado, domínio de técnicas que nem sempre são ensinadas em cursos de graduação, traduções (em muitos casos), entre outras dificuldades. Os medievalistas sabem que não é fácil compreender e, sobretudo, explicar o "outro", esse "outro" da Idade Média que, da mesma maneira que parece se aproximar, também se afasta de nós. Georges Duby nos explica admiravelmente este labor, este contato com os vestígios de uma sociedade distante de nós, contato que exige técnica e paciência para poder responder, mesmo que pontualmente, os "porquês" feitos pelos historiadores. Uma busca por respostas que somente serão dadas após complexas tentativas de organização e unificação, lembrando o dilema do padre Jacobus, belamente apresentado por Hermann Hesse. E são estas explicações de Duby que deixo como consideração final:

> Cabe perguntar se o historiador encontra-se alguma vez mais próximo da realidade concreta, dessa verdade que anseia por atingir e que lhe escapa permanentemente, do que no momento em que tem diante de si, examinando-os atentamente, esses restos de escrita que emanam do fundo das eras, como destroços de um completo naufrágio, objetos cobertos de signos que podemos tocar, cheirar, observar na lupa, e aos quais ele dá o nome de "fontes", em seu jargão.[35]

[33] ROSSI-LANDI, Ferruccio. "Programacion Social de los Comportamientos". In: ROSSI-LANDI, Ferruccio et alli. *Diccionario Teórico-Ideológico*. S/L: Editorial Galerna, 1975.
[34] ROSSI-LANDI, Ferruccio. *Ibid*. p. 117.
[35] DUBY, Georges. *A História Continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 28.